

# As reservas utópicas da Carta de 88

**CANDIDO MENDES**

MEMBRO DO CONSELHO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A ALIANÇA DAS CIVILIZAÇÕES. DA ACADEMIA BRASILEIRA DE LETRAS E DA COMISSÃO DE JUSTIÇA E PAZ

Os 25 anos da Carta de 88 ressaltam, na abordagem crucial dos Direitos Humanos, tanto as inovações acolhidas, quanto, ainda, mantidas como uma reserva utópica na proposta avançada da Comissão Arinos, preparatória à Assembleia Constituinte. As primeiras mudanças refletem o contexto do país mal saído do governo militar, no repúdio às limitações da liberdade daquele período. Af está, de saída, o habeas data, paralelo ao habeas corpus, para assegurar, de imediato, o conhecimento das informações unilaterais a respeito da conduta cidadã, reunidas pelo SNI, entendidas como possíveis ameaças à segurança nacional. Da mesma forma, num Brasil saído da prática da tortura, consagrou-se o princípio do silêncio do preso até o acompanhamento pelo seu advogado. Ganhava-se, também, a plena consciência dos perigos da dita "ditadura

mediática", assegurando-se a todos os cidadãos o direito de resposta a agressões equivocadas da imprensa. Tal, na garantia da resposta ao agravo, no mesmo destaque, e com a necessária urgência, da possível aleivosia perpetuada pelos jornais e revistas e pela mídia rádio-televisiva.

Muito, entretanto, do avanço dos Direitos Humanos, esboçado pela Comissão Arinos, foi rejeitado pela Constituinte, mantendo a inércia na garantia dos Direi-

Os 25 anos da Carta de 88 ressaltam, na abordagem crucial dos Direitos Humanos, tanto as inovações acolhidas, quanto, ainda, mantidas como uma reserva utópica na proposta avançada da Comissão Arinos, preparatória à Assembleia Constituinte

## O bom exemplo da Coreia

**ARNALDO NISKIER**

DA ACADEMIA BRASILEIRA DE LETRAS, VICE-PRESIDENTE DO CIEE NACIONAL E DOUTOR EM EDUCAÇÃO

Quando estive na Coreia do Sul, a convite do seu governo, fiquei impressionado com a organização do sistema educacional. E vi as consequências disso na fábrica Samsung (mais de 103 mil funcionários). Todos tinham no mínimo o grau médio concluído. Trabalhavam numa linha de produção perfeita, que abrangia desde enormes aparelhos de televisão, até o gato Félix, todos destinados à exportação para os Estados Unidos.

Como exemplo de que estamos indo mal, na competição por uma boa educação, o senador Cristovam Buarque, na Associação Comercial do Rio de Janeiro, citou o fato de há 40 anos termos o mesmo número de patentes da Coreia do Sul. Hoje, a nação asiática produz 12 vezes mais patentes do que o Brasil, sinal de que o seu modelo de desenvolvimento, lastreado numa educação de qualidade, segue uma trajetória correta.

Em nosso caso, há uma preocupação dominante com o ensino superior, onde chegam 10 dos 100 alunos que entram a cada ano no ensino fundamental. É muito pouco e com um nível altamente discutível. As perdas ocorrem pelo caminho, com coisas incríveis como os percalços do nosso tumultuado ensino médio, concluído por 40% dos que nele chegam. Trata-se de uma vergonhosa evasão.

Aliás, fatos estranhos acontecem nessa faixa etária, que é estrategicamente de fundamental importância. Veja-se no último Enem uma ausência de dois milhões de inscritos nas provas realizadas, causando um prejuízo de 60 milhões de reais aos cofres do MEC. Até agora, ninguém deu uma explicação plausível para o fenômeno. Terão os jovens perdido a esperança em nosso modelo educacional? Ou a antevisão de uma prometida prova mais difícil fez os alunos desistirem?

Tudo hoje se baseia no conhecimento. Temos no país cerca de 230 milhões de telefones celulares, criados lá fora, mas montados aqui. Se somos a sexta economia do mundo, já não seria hora de melhorar de posição em relação aos exames internacionais, como o Pisa? A prova de que as coisas não andam bem é o fato de ocuparmos a 53ª posição, perdendo para países de menor tradição cultural. A Matemática é um bom exemplo dessa fraqueza. A Secretária de Educação do Município do Rio de Janeiro, Cláudia Costin, no seminário da Associação Comercial, disse uma frase terrível: "O desastre do ensino médio começa no segundo segmento do ensino fundamental. Isso pode ser comprovado pelo fato de 65% dos formandos do 9º ano não terem a menos noção do que se entende por porcentagem." Como essa gente vai se preparar para questões mais complexas, exigidas pela sociedade do conhecimento?

Chega-se sempre ao mesmo lugar comum: se precisamos aperfeiçoar os mecanismos que nos levam a aperfeiçoar o que aí existe, o atual sistema educacional, como disse o senador Buarque, parece ultrapassado. A formação dos professores, por exemplo, está totalmente invertida, pois os recursos humanos são colhidos nos estamentos mais baixos da sociedade. Na Escandinávia é o contrário, os professores são escolhidos entre os melhores quadros, sendo a profissão altamente valorizada, inclusive financeiramente. Devemos atentar para isso.

A formação dos professores está totalmente invertida, pois os recursos humanos são colhidos nos estamentos mais baixos da sociedade. Na Escandinávia é o contrário, os professores são escolhidos entre os melhores quadros

A insistência na iniciativa popular na fatura da legislação, reconhecida no corpus constitucional, ganhou mais agilidade, descentralizada no âmbito da federação

tos Humanos, e, de saída, pela recusa do direito não só à vida, mas à morte digna, abrindo caminho para a eutanásia. Reforçava-se, por outro lado, o princípio da função social da propriedade, admitindo a indenização, nos atos expropriatórios, por títulos da dívida pública, e não pela prévia compensação em dinheiro. Facilitava-se, assim, o implante da reforma agrária ou urbana, num claro confronto com o latifúndio nacional. A Comissão Arinos atentava, ao mesmo tempo, às inviabilizações objetivas dos preceitos constitucionais, ou da sua legislação subsequente, pelo man-

dato de injunção, forçando prazos e cominações para o vácuo normativo usual da nossa cultura jurídica. Preocupou-se, ainda, a Comissão, quanto à defesa cidadã, em distingui-la da ação do Estado. Propôs a criação do "defensor do povo", na tradição escandinava, e no reconhecimento do ombudsman, não só como denunciante, mas protagonista no exercício da justiça. A insistência na iniciativa popular na fatura da legislação, reconhecida no corpus constitucional, ganhou mais agilidade, descentralizada no âmbito da federação.

Sem dúvida, a disposição de maior alcance prospectivo da Comissão Arinos é a de não reduzir o exercício dos Direitos Humanos ao explícito dos enunciados, mas reconhecer a sua aplicabilidade, de acordo com os princípios que regem a Carta.

Vingam-se, por aí, a plenitude do Estado de Direito e a democracia. Na maturidade do nosso desenvolvimento, não será surpresa se a reserva utópica daquela Comissão venha à Lei Magna, na consciência crescente do nosso pioneirismo internacional.

## Dr. Raul e o farol da liberdade

**TÉCIO LINS E SILVA**

JURISTA E ADVOGADO CRIMINAL HÁ 49 ANOS

Advogar é compreender os dramas humanos. A lição, de simples e extraordinária importância, orienta meus passos desde os bancos da faculdade. É dos mais marcantes ensinamentos que me foram dados por aquele que tenho o privilégio de chamar de mentor e pai: Dr. Raul Lins e Silva.

Referência para muitos profissionais de diferentes gerações, Dr. Raul completaria 100 anos em 2013. Seu coração parou cedo, em 1968, numa desastrosa cirurgia cardíaca, que privou o Brasil de um dos seus mais talentosos advogados, em plena oposição ao regime militar. Todavia, Dr. Raul nunca partiu de nossas vidas. Fez-se presente pelo exemplo de generosidade, gentileza e defesa da liberdade que cultivou, tanto na profissão quanto na vida pessoal, e que se estendeu para muito além dos 54 anos que passou entre nós.

Nascido em berço simples, era o quarto de treze filhos de uma família humilde de Olinda. Mudou-se para o Rio de Janeiro com a família ainda criança. Dotado de extrema sensibilidade e simplicidade, gostava de ir trabalhar de ônibus, porque se sentia parte do povo. Nutria aquele amor ao próximo que o fazia advogar independente da remuneração. Fosse o cliente rico ou pobre, dedicava-se com a mesma integridade. Aonde quer que fosse, fazia-se respeitar sem ser arrogante. Em casa, na rua ou no tribunal, foi um homem genuinamente modesto. O mais generoso e mais compreensivo que conheci.

Dr. Raul notabilizou-se como democrata militante, que acreditava na igualdade. Sua essência libertária logo o conduziu à defesa de presos políticos, já no Estado Novo de Getúlio Vargas. Foi também um dos primeiros advogados a opor-se aos militares após o golpe de 64. Chamava colegas para dividir as causas e atuava sem alarde nos bastidores para obter habeas corpus e quebrar a incomunicabilidade dos presos políticos. Quando nos deixou, Dr. Raul estava em plena atividade. Fui eu, então, o encarregado de dar sequência aos seus processos, oportunidade inestimável de mirar-me, mais do que nunca, em seu exemplo, e de colocar em prática o que ele me ensinou.

Com sua incrível capacidade de observar a alma humana, Dr. Raul exercitou na advocacia um humanismo fundamental, que o situa como um dos mestres das artes de ouvir e de inquirir. Jamais conheci alguém com tamanha habilidade para conduzir audiências. Dono de incrível intuição, ele sabia perguntar e sabia ficar calado. Ainda hoje, quando me vejo em situações delicadas em audiências, e me questiono se deveria seguir inquirindo ou se está na hora de parar, penso em como Dr. Raul se comportaria, que caminho seguiria.

Era um advogado completo, desde a primeira relação com o cliente até a construção do processo e a elaboração da causa. Verdadeiro ourives, obsessivo trabalhador da prova e do processo. Aprendi com ele a necessidade de conhecer em detalhes a causa, reconhecer seus pontos fortes e fracos, para então construir a melhor defesa. Dr. Raul acreditava que o advogado é tanto melhor quanto mais imerso na dimensão humana dos processos. E que isso não seria possível sem navegar pelos clássicos: dizia que, para entender os dramas humanos, é preciso ler Dom Quixote.

São lições de um apaixonado pela advocacia, que sempre incentivou os mais novos. Nesses meus 49 anos de foro criminal, encontrei inúmeras vezes seus contemporâneos, companheiros de trabalho, que falam com entusiasmo e comoção do engajamento do Dr. Raul. Seu legado de retidão, combatividade e independência foi construído no seio das mais diversas relações, desde familiares e colegas, até clientes e juizes.

É triste observar que a democracia que ele tanto defendeu não tenha, ainda, se infiltrado de maneira mais profunda na justiça brasileira. Mas Dr. Raul não se deixaria lamentar. Ele nos mostrou que há sempre uma porta a se abrir, mesmo diante do maior problema, ou do mais feroz inimigo. Cabe a nós, advogados, manter viva a luta pela liberdade, defendendo aqueles que dependem de nós para acreditar em um país mais justo. Um país onde os novos advogados tenham em quem se mirar para seguir adiante, feito faróis em tempos de trevas.

Chamava colegas para dividir as causas e atuava sem alarde nos bastidores para obter habeas corpus e quebrar a incomunicabilidade dos presos políticos.

|  |   |  |  |  |   |
|--|---|--|--|--|---|
| <b>Jornal do Commercio</b><br>www.jornaldocommerceo.com.br E-mail: jornaldocommerceo@jcom.com.br | <b>RIO DE JANEIRO</b><br>Rua do Livramento, 189 - CEP 20.221-194 - Rio de Janeiro - RJ<br>Telefone geral: (21) 2223-8500<br>jornaldocommerceo@jcom.com.br | <b>SÃO PAULO</b><br>Avenida Moema, 170 - 6º andar - Conjs 64<br>Planalto Paulista - São Paulo - SP - CEP 04077-020<br>(11)5051-5115 jornaldocommerceo.sp@jcom.com.br | <b>BRASÍLIA</b><br>SCN - Qd.01 - Bloco "F" - Ed. America Office Tower - Sala 711 - Asa Norte - Brasília/DF - (61) 3037-1280 / 1282<br>CEP: 70711-905 - opec.rp@gmail.com | <b>MINAS GERAIS</b><br>Rua Tenente Brito Melo, 1223 QJ 604<br>Barro Preto - Belo Horizonte<br>Tel: (31)3048-2310 - CEP 30180-070 |  |
|--|---|--|--|--|---|

**REDAÇÃO EDITORA-EXECUTIVA - JO GALAZI:** jgalazi@jcom.com.br/reportagem@jcom.com.br **EDITORES-JORGE CHAVES:** jchaves@jcom.com.br **PEDRO ARGEMIRO:** pargemiro@jcom.com.br **LUÍS EDMUNDO ARAÚJO:** laraújo@jcom.com.br **VINICIUS PALERMO:** vpalermo@jcom.com.br **VINICIUS MEDEIROS:** vmarinho@jcom.com.br **KATIA LUANE:** kluane@jcom.com.br **MARTHA IMENES:** mimenes@jcom.com.br **RICARDO GOMES:** rgomes@jcom.com.br **SERVIÇOS NOTICIOSOS** Agências Estado, Brasil, Bloomberg e Reuters

|   |   |   |  |
|---|---|---|--|
| <b>DEPARTAMENTO COMERCIAL</b><br>RIO publicidade@jcom.com.br (21)2223-8590                                    |   | <b>Departamento de Cobrança:</b> (21) 2223-8516 / 2223-8509 - Fax: 2223-8599<br>cobranca@jcom.com.br  | <b>D.A. PRESS MULTIMÍDIA</b><br>ATENDEMENTO PARA VENDA E PESQUISA DE IMAGENS<br>  |
| <b>Diretor Comercial</b><br>JAIRO PARAGUASSU jparaguassu@jcom.com.br  | <b>Gerente Comercial</b><br>ELVIRA ALVANÉ ealvane@jcom.com.br   | <b>Circulação:</b> 2223-8570 / 2223-8545<br>circulacao@jcom.com.br  | <b>Endereço:</b> SIG Quadra 2, nº 340, bloco I, Cobertura - 70610-901 - Brasília - DF, de segunda a sexta, das 13 às 17h <b>E-mail, fax ou telefone:</b> (61) 3214.1575/1582   3214.1583 <b>dapress@diariosassociados.com.br</b> , de segunda a sexta, das 13 às 21h / sábados e feriados, das 12 às 18h |
| <b>SÃO PAULO</b><br><b>Gerente Comercial</b><br>WALDEMAR GOCKOS FILHO<br>wfilho@jcom.com.br<br>(11) 5051-5115 | <b>MINAS GERAIS</b><br><b>MÍDIA BRASIL COMUNICAÇÃO LTDA.</b><br>Rua Tenente Brito Melo, 1223/604 - Barro Preto<br>Belo Horizonte - MG - CEP: 30180-070 - comercial@midiaBrasilcomunicacao.com.br (31) 3048 - 2310 | <b>BRASÍLIA</b><br><b>RP Assessoria e Consultoria Empresarial</b><br>SCN - Qd.01 - Bloco "F" - Ed. America Office Tower - Sala 711 - Asa Norte - Brasília/DF - CEP: 70711-905 - opec.rp@gmail.com (61) 3037-1280/1282 | <b>Departamento de Compras:</b> (21) 2223-8500, ramal 9582<br>compras@jcom.com.br  |